



A PRODUÇÃO DO CONHECIMENTO SOBRE FORMAÇÃO DE PROFESSORES PARA O TRABALHO COM A INCLUSÃO VEICULADA NAS REUNIÕES ANUAIS DA ANPED

Lana Ferreira de Lima¹

RESUMO

O objetivo deste estudo foi analisar a produção científica sobre o tema “Formação de Professores” para o trabalho com a inclusão, veiculada nos GTs de Formação de Professores (GT08) e de Educação Especial (GT15), no período de 2000 a 2008. Os resultados indicam que o GT08 apresenta, no período, um maior número de trabalhos, um total de 272, quando comparado com o GT15, que conta com 129 estudos. Contudo, observa-se que no GT15 se concentrou a maior quantidade e frequência de trabalhos abordando temas relacionados à formação de professores para o trabalho com a inclusão.

1.Introdução

Na última década do século passado, em que observamos mudanças substanciais nos campos econômico, político, cultural, científico e tecnológico de todos os países, a Educação se tornou o ponto nevrálgico de todas as medidas e reformas políticas.

Isto porque a melhoria do sistema educacional e conseqüentemente da qualidade de ensino passou a ser considerado o meio principal para se garantir a formação de profissionais com capacidade de operar no mundo globalizado e contribuir para a inclusão social e escolar de crianças e jovens, considerando suas diversidades sociais, culturais, econômicas, étnicas e biológico-físico-sensoriais (LIMA, 2000).

Vivemos, desse modo, num mundo tecnologicamente globalizado no qual prevalecem as dimensões econômicas e pragmáticas assim como os princípios da individualidade, da competitividade, do Estado mínimo, da máxima eficiência e produtividade de forma que as instituições de ensino são pressionadas a adotar, cada vez mais, o mercado e não a sociedade como referência central para a definição de aspectos como: o conhecimento a ser transmitido; as formas de financiamento e gestão de suas atividades; bem como o perfil do egresso que se pretende formar. Fortalece-se a idéia de pluralismo, de compreensão da diferença, da alteridade, de que todos os grupos sociais “[...] têm o direito de falar por si mesmos, com sua própria voz, e de ter aceita essa voz como autêntica e legítima” (HARVEY, 2001, p. 52).

Conseqüentemente, vivenciamos um novo ordenamento das fronteiras políticas, sociais e culturais como também, do ponto de vista filosófico e epistemológico, o redesenhar de uma política de diferença racial, cultural, étnica e de gênero. Política esta que traz o discurso da diferenciação, diversidade, pluralismo e localismo cultural com

¹ Professora do Curso de Educação Física da Universidade Federal de Goiás – Campus Catalão (UFG/CAC); aluna do Programa de Pós-Graduação em Educação da UFMG. E-mail: lanafi2002@gmail.com



vistas a substituir a homogeneidade e a universalização que são características do projeto moderno (GOERGEN, 2001). Portanto, valores até então pouco enfatizados como o direito das minorias; os direitos da mulher, das crianças e idosos; o respeito pela diferença e pelo meio ambiente, bem como o cultivo dos valores individuais ganha espaço na sociedade contemporânea.

É neste cenário que se observa a ampliação do debate sobre a inclusão social e educacional, o que se deve, principalmente, à realização da Conferência Mundial de Educação para Todos (1990) que apontava para a necessidade de atender ao direito de acesso, ingresso, permanência e sucesso na escola básica, seja para crianças, jovens ou adultos. Nessa Conferência definiu-se que a educação deveria buscar organizar meios para a inclusão social, garantindo o acesso e a permanência dos indivíduos no ambiente escolar e social, bem como “[...] educar para as diversidades sociais, culturais, econômicas, étnicas, biológico-físico-sensoriais” (ROSS, 2002).

Posteriormente, o preceito da inclusão social e educacional é reafirmado com a realização da Conferência Mundial sobre Necessidades Educacionais Especiais: acesso e qualidade (1994), durante a qual é aprovada a Declaração de Salamanca, que constitui um importante marco na difusão da filosofia da educação inclusiva e que mostra a necessidade de o governo desenvolver ações políticas para realizar a meta da ‘escola para todos’, em que sejam reconhecidas as diferenças, as necessidades de cada um, promovendo a aprendizagem de todos.

A partir das Declarações elaboradas nas referidas conferências ocorreu a popularização dos termos ‘educação para todos’, ‘inclusão’ e ‘educação inclusiva’, os quais se tornaram presentes em toda a legislação relacionada às reformas sociais e educacionais implantadas nos diferentes países. Nesse contexto, a educação passou a ter seu papel e suas funções questionadas, dentre as quais destaca-se a formação profissional dos professores que se tornou, um dos principais eixos de discussão e que vem dando origem à realização de seminários, congressos, conferências e publicações. (GOMEZ, 1995)

Para Maués (2003) a realização de reformas no âmbito da formação de professores traduz uma preocupação com o papel que este profissional deve desempenhar no contexto atual e apresenta como elementos básicos, que devem compor a arquitetura da formação de professores, os seguintes aspectos: “[...]a “universitarização”/profissionalização, a ênfase na formação prática/validação das experiências, a formação continuada, a educação a distância e a pedagogia das competências [...]”(p.99). Portanto, no âmbito das reformas no setor educacional, a partir da década de 90 do século XX

[...] a reforma na formação de professores veio na seqüência da prioridade de universalização do ensino fundamental; afinal para fazer face a esse contingente de alunos é preciso que se forme o pessoal necessário e adequado a tal empreitada. (MAUÉS, 2003, p. 98) (grifos nossos)

No Brasil documentos oficiais como a LDB 9394/96, o Plano Nacional de Educação (2001), as Diretrizes para a Educação Especial e as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação de Professores da Educação Básica, em nível superior, curso de licenciatura, de graduação plena (2001), passaram a regulamentar a Educação no Brasil



dando destaque para a política de inclusão e, concomitantemente, para o protagonismo dos professores para a efetivação do processo de inclusão nas escolas regulares.

Diante desses elementos esse trabalho teve por objetivo investigar de que forma o tema da formação de professores, para o trabalho com a inclusão, tem sido tratado e analisado nas comunicações orais e pôsteres publicados no Grupo de Trabalho de Formação de Professores (GT08) e Grupo de Trabalho de Educação Especial (GT15), das reuniões anuais da Anped, no período compreendido entre 2000 e 2008.

A opção por investigarmos apenas esses dois GTs reside no entendimento de que dentro da organização das reuniões os mesmos, estão mais especificamente ligados às discussões relativas à formação de professores e a inclusão, portanto, onde os autores que pesquisam tais temáticas encaminham e inscrevem seus textos. Dessa maneira, as questões que nortearam este estudo, foram as seguintes:

1) Em qual desses GTs (08 ou 15) a discussão sobre o tema da formação de professores para o trabalho com a inclusão tem se concentrado?;

2) Quais as características e tendências dos trabalhos apresentados nos GTs, no que diz respeito a aspectos como os temas, problemas e objetivos?.

Como fonte principal de coleta de dados utilizamos o site da associação no qual estão disponibilizados os anais das reuniões anuais, realizadas no período de 2000 a 2008 respectivamente. Após a identificação dos trabalhos, realizamos a leitura integral dos textos, a organização, registro e a análise dos dados.

No período em foco, durante as reuniões anuais (23^a, 24^a, 25^a, 26^a, 27^a, 28^a, 29^a, 30^a e 31^a), foram apresentados 422 trabalhos. Deste total, 272 pesquisas foram apresentadas no GT08, sendo 195 no formato de comunicação oral e 77 como pôsteres. Por sua vez, no grupo de Educação Especial foram apresentados 129 estudos como comunicação oral e 21 como pôsteres, o que totalizou 150 textos.

O levantamento do total de trabalhos dos GTs demonstra que embora o GT08 apresente um maior número de trabalhos (272) quando comparado com o GT15 (150), é neste último que se concentrou a maior quantidade de trabalhos abordando temas relacionados à formação de professores para o trabalho com a inclusão. Isto porque que apenas na 25^a e 27^a reuniões o tema não é foco de nenhum trabalho do GT15. Por sua vez, no GT08 os únicos três trabalhos identificados aparecem apenas na 24^a, 26^a e 28^a reuniões anuais da Anped.

Do total de 422 estudos apresentados no período em foco quinze abordavam o tema da formação de professores para o trabalho com a inclusão. Dentre os quinze estudos três eram do GT08, sendo dois no formato de comunicação oral (um não apresentava o texto completo no site) e um pôster. Doze trabalhos foram apresentados no GT15, dentre os quais dez eram comunicação oral e dois eram pôsteres.

Esses dados nos possibilitam dizer que, mesmo tendo ocorrido um incremento no número de trabalhos que focalizaram o tema da formação docente nos Programas de Pós-graduação em Educação, a partir do ano de 1995, (ANDRÉ et al, 2002) a temática da formação de professores para o trabalho com a inclusão, ainda, é pouco explorada no conjunto de pesquisas aqui analisadas, tendo em vista que dentre os 422 trabalhos apresentados, no período de 2000 a 2008, apenas quinze (o que corresponde a 3,5% do total de trabalhos) estiveram relacionados à mesma.

Uma análise geral de todos os trabalhos apresentados no GT08 no período de 2000 a 2008 nos permite dizer, conforme André et al (1999), que há uma significativa



preocupação dos pesquisadores em desenvolver estudos com foco no preparo do professor e em sua prática pedagógica para atuar nos diferentes níveis de ensino, visto que ao fazermos a leitura dos resumos de todos os trabalhos apresentados no período identificamos estudos que discutiam a dicotomia entre a formação específica e a formação pedagógica, relatos de experiências curriculares inovadoras, experiências de articulação entre ensino, pesquisa e extensão, as representações e opiniões dos alunos da licenciatura, bem como os processos de reformulação curricular de cursos de Pedagogia e Licenciaturas.

Entretanto, ao nos restringirmos ao tema da formação de professores para o trabalho com a inclusão observa-se que ainda são raros no GT08, estudos com este foco. Os estudos que encontramos tratam da inclusão a partir do viés do papel da escola e dos docentes no atendimento às diferenças e à diversidade cultural e partem da preocupação em identificar, se e como, têm sido formados os professores comprometidos com a diminuição das desigualdades sócio-culturais e sensível às diferenças, à diversidade.

Partem, desse modo, do entendimento de que a busca por uma educação de qualidade que atenda os alunos oriundos das diferentes classes sociais, e que apresentem ou não alguma deficiência, é um dos grandes desafios vivenciados por todos os que atuam na área da Educação, aspecto esse, que gera a necessidade de a escola ressignificar “[...] sua prática de acordo com as profundas mudanças pelas quais vem passando desde a democratização do ensino, daí a importância da formação de professores no mundo atual.”(LADE, 2005, p.01)

O exame dos temas priorizados, nos quatorze trabalhos apresentados nos GTs, mostra que a maior concentração foi de estudos tratando da ‘formação continuada’, com nove pesquisas (60%), seguido pelo tema da ‘formação inicial’ com cinco (33,3%), aspecto que indica uma maior preocupação com a atuação e prática pedagógica dos professores junto às escolas regulares ou de Educação Especial. Dessa maneira, a fim de facilitar a compreensão dos dados a seguir apresentaremos aqueles relativos aos estudos que tiveram como ênfase a ‘formação continuada’ e em seguida explicitaremos os concernentes aos trabalhos que trataram da ‘formação inicial’.

Ao observarmos que há mais estudos tratando do tema da ‘formação continuada’ em relação à ‘formação inicial’ tais dados expressam o contexto que atualmente vivenciamos no âmbito da Educação, no qual cresce de forma significativa o número de iniciativas denominadas de ‘educação continuada’, a qual foi criada em virtude dos desafios colocados aos currículos e ao ensino, em face do acolhimento cada vez maior de crianças e jovens nas escolas, tornando-se um aspecto forte nos mais variados setores profissionais, por possibilitar “[...] ocasião de informação, reflexão, discussão e trocas que favoreçam o aprimoramento profissional, em qualquer de seus ângulos, em qualquer situação [...]” (GATTI, 2008, p.57).

De acordo, ainda, com a Gatti (2008) a compreensão de que os cursos de formação inicial dos professores não estavam conseguindo propiciar uma base adequada para a atuação profissional, foi outro aspecto preponderante que inspirou as práticas denominadas de ‘formação continuada’. Contudo, a autora destaca que

[...] Muitas das iniciativas públicas de formação continuada no setor educacional adquiriram, então, a feição de programas compensatórios e não propriamente de atualização e aprofundamento em avanços do conhecimento, sendo realizados com a finalidade de suprir aspectos da



má-formação anterior, alterando o propósito inicial dessa educação – posto nas discussões internacionais –, que seria o aprimoramento de profissionais nos avanços, renovações e inovações de suas áreas, dando sustentação à sua criatividade pessoal e à de grupos profissionais, em função dos rearranjos nas produções científicas, técnicas e culturais [...](GATTI, 2008, p.58)

Tal aspecto evidenciado por Gatti (2008), em nosso entendimento, seria um dos fatores geradores da necessidade de se avaliar as iniciativas de formação continuada, nas quais têm-se investido recursos públicos.

Em linhas gerais, o exame dos trabalhos que abordaram o tema da ‘formação continuada’ para o trabalho com a inclusão, permitiu verificar que a ‘formação continuada’ é concebida como formação em serviço (preferencialmente na instituição escolar) e que se estende ao longo da carreira profissional, com vistas a possibilitar ao professor desenvolver novos meios de realizar seu trabalho pedagógico com base na reflexão sobre a própria prática.

A análise revela que os estudos focalizaram aspectos e contextos variados, indo desde os diferentes níveis da Educação Básica, passando pelo Ensino Superior e mesmo por programas e projetos financiados por municípios, Estados ou pelo Ministério da Educação.

No conjunto de trabalhos que abarcaram a categoria ‘formação continuada’ estão incluídos estudos que abordaram: o discurso e as concepções dos professores sobre inclusão e os diferentes tipos de deficiência, bem como as abordagens que os sustentam (4); cursos, programas ou propostas de formação continuada em serviço de governo de Secretarias de Educação no âmbito municipal, Estadual ou Federal (3); as representações e práticas pedagógicas dos professores (2).

Em relação aos objetivos dos estudos que tiveram como foco de pesquisa a ‘formação continuada’, estes buscaram:

- a)** compreender o processo de formação continuada para a diversidade, tendo como *locus* a Secretaria Municipal de Educação da cidade de Juiz de Fora, a qual a partir de 2001, passou a ser denominada de Câmara Temática Educação Especial da Gerência de Educação Básica;
- b)** analisar o projeto de formação em serviço desenvolvido pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul em colaboração com a Secretaria Municipal de Educação de Porto Alegre e a Università degli Studi di Bologna;
- c)** compreender os efeitos de sentido do discurso dos professores de alunos com deficiência mental, enfocando suas concepções sobre deficiência mental e às diferentes abordagens psicológicas que constituem seu discurso, bem como o trabalho que realizam em sala de aula para que seus alunos aprendam e se desenvolvam;
- d)** analisar a formação continuada de professores de Educação Física, que participaram de cursos de formação continuada, com o fim de identificar a compreensão que possuíam acerca do tema da inclusão de alunos com deficiência na rede regular de ensino, bem como a participação dos mesmos em cursos de formação continuada voltados para a inclusão dos alunos com necessidades educativas especiais;



- e) investigar os diferentes espaços escolares envolvidos com a educação de surdos, levando em consideração as variadas experiências que vêm ocorrendo nas escolas específicas de surdos, como também naquelas que atendem as especificações das Políticas de Inclusão preconizadas, na atualidade, pelo Ministério da Educação, com o fim de oportunizar aos professores repensar suas representações e suas práticas docentes, colocando no centro deste debate suas experiências pedagógicas;
- f) mapear os acadêmicos em situação de inclusão em Instituições de Ensino Superior no Rio Grande do Sul, bem como analisar e problematizar as representações e discursos sobre os sujeitos incluídos, seus direitos, suas demandas e sua presença nessas instituições;
- g) analisar as implicações de um programa de formação continuada na intervenção pedagógica de professores de Educação Física inseridos em ambientes escolares inclusivos;
- h) examinar os discursos que se conjugam no projeto Educar na Diversidade, entendido como um documento constituído e constituidor de representações, e como é pensado o sujeito escolar surdo neste cenário político em que a diversidade permeia os processos de formação docente;
- i) descrever e analisar o processo de formação continuada de um grupo de docentes da rede pública municipal de ensino de Fortaleza-CE, que lidavam com alunos com necessidades educacionais especiais (NEE), em sala de aula, utilizando como base a psicomotricidade e a teoria de Henri Wallon, em especial suas reflexões acerca da função do movimento no desenvolvimento humano.

Entre os trabalhos que investigaram o tema ‘formação inicial’ para o trabalho com a inclusão três investigaram, especificamente, o curso de Pedagogia em instituições públicas federais de Ensino Superior e Institutos Superiores de Educação; e dois focalizaram os cursos de Licenciatura. Os objetivos deste grupo de estudos voltaram-se para a:

- a) análise da formação de professores para as séries iniciais do Ensino Fundamental, desenvolvida nos Institutos Superiores de Educação, com vistas a identificar se estes cursos - têm privilegiado a construção de uma identidade docente multiculturalmente comprometida;
- b) análise da proposta de formação inicial de profissionais para a Educação Especial, voltada para alunos dos cursos de Pedagogia, Psicologia, Educação Artística e Educação Física, tomando como referência o cotidiano destes alunos em atividades de ensino e estágio;
- c) investigação sobre como se dá a formação de professores, nos Cursos de Pedagogia das Instituições Federais de Ensino Superior do Estado de Minas Gerais, para atuarem na escola de hoje, ou seja, na escola que atende a todas as crianças;
- d) análise das grades curriculares dos cursos de licenciatura de quatro universidades do Mato Grosso do Sul para identificar se os professores formados nessas instituições tiveram o oferecimento de uma disciplina de Educação Especial, e se os Planos de Ensino das disciplinas mencionadas indicam, ou não, a análise da educação especial na perspectiva do processo de inclusão;



e) análise da formação oferecida pelo curso de Pedagogia da Universidade Federal de Santa Catarina — UFSC, entre 1998 e 2001, como expressão das ambigüidades que perpassam a formação docente no País, assim como a reiteração da perspectiva médico-psicológica, marca constitutiva desta área em foco.

Percebe-se que tanto os trabalhos voltados para o Curso de Pedagogia quanto aqueles direcionados para as licenciaturas abordam as reformulações curriculares dos mesmos no Brasil, as deficiências do processo de formação inicial e as conseqüências para a posterior prática pedagógica dos professores ao lidarem com a inclusão.

Tanto os estudos sobre o Curso de Pedagogia quanto aqueles voltados para os Cursos de Licenciatura, se propuseram a investigar os cursos por meio da análise: do currículo, a organização curricular e as habilitações oferecidas nos cursos (3), de disciplinas implantadas para tratar especificamente da Educação Especial (1), de atividades teórico-práticas, como o estágio (1).

2. Finalizando.

A ‘formação de professores’ e a ‘inclusão’ tornaram-se, atualmente, em âmbito mundial, temas de intenso debate entre os pesquisadores e educadores, tendo em vista que pressupõem “[...] mudanças textuais/legais, simbólicas (curriculares, avaliativas etc), de representações sobre os sujeitos a serem incluídos e das identidades de todos os envolvidos no processo [...]” (THOMA, 2006, p. 01). Desse modo

[...] A importância política que as reformas na formação de professores ganharam no mundo pode demonstrar o que elas representam enquanto um instrumento que pode ajudar os países a ultrapassarem as barreiras econômicas e sociais da contemporaneidade. Os professores, como intelectuais orgânicos, no sentido dado por Gramsci, enquanto responsáveis pela ligação entre a infra-estrutura e a superestrutura, devem estar preparados para desempenhar esse papel, principalmente quando a base da sociedade sofreu inúmeras mudanças no processo e nas relações de trabalho e a sociedade política traçou novas regras e novas exigências como resposta a essas mudanças e como incremento às mesmas.[...] (MAUÉS, 2008,p.01)

O que percebemos, entretanto, a partir da análise dos quinze trabalhos apresentados nos GTs 08 e 15 da Anped, no período de 2000 a 2008, o que corresponde a oito anos de produção de conhecimento no interior destes GTs, é que ainda são escassos, e há pouca frequência nas reuniões da Associação, de estudos abordando o tema da formação de professores para o trabalho com a inclusão, tanto no que se refere à formação inicial quanto continuada.

Tal aspecto é preocupante pois de certo modo, expressa o parco envolvimento dos pesquisadores engajados na produção de conhecimento relacionado ao tema da formação de professores para o trabalho com a inclusão, mesmo decorridos vinte anos de aprovação da Constituição brasileira, dezoito anos depois da Conferência Mundial de Educação Para Todos, quatorze anos da Declaração de Salamanca e doze anos da LDB.



Ademais, a análise permitiu verificar que ao se tratar da inclusão de pessoas com deficiência na escolar regular a maioria dos estudos abordam a deficiência auditiva (dois estudos) e apenas um tratou da deficiência mental no contexto escolar, o que aponta para a necessidade de estudos que focalizem a formação do professor e a inclusão de alunos com outras deficiências ou que apresentem altas habilidades (superdotação), condutas típicas de síndromes ou condições outras que os diferenciem dos demais colegas. Para além disso, verificamos a necessidades de estudos que abordem aspectos como, por exemplo, a formação de professores para o trabalho com a inclusão na Educação Infantil, Ensino Superior; análise dos currículos implementados, após a LDB, nos cursos de formação de professores nas Instituições de Ensino Superior.

Em relação às temáticas abordadas nos estudos analisados observa-se que embora o maior contingente de estudos tenha tratado do tema da formação continuada, fazem-se necessárias mais pesquisas acerca do mesmo porém enfocando aspectos como os impactos dessa formação na prática pedagógica dos professores para o trabalho com a inclusão, os problemas e limites de tais cursos.

E no que se refere a estudos abordando o tema da formação inicial para a inclusão observa-se que há uma preocupação maior com a formação oferecida no âmbito do Curso de Pedagogia, o que aponta para a necessidade de estudos que analisem como vem se dando a formação de professores nos diferentes cursos de Licenciatura com vistas a identificar como estes profissionais vem sendo preparados para trabalhar com a inclusão, portanto, que evidenciem, que tipo de profissionais estes cursos têm procurado formar; como os temas da cultura, deficiência, diversidade, inclusão e prática pedagógica, vêm sendo abordados no processo de formação destes cursos; bem como os espaços curriculares destinados à discussão, reflexão dos mesmos. Para além disso, seria importante também uma análise de como os referidos temas são tratados nos cursos de pós-graduação, tendo em vista que os mesmos são responsáveis por grande parte da pesquisa veiculada no país.

Desse modo, se considerarmos que o termo 'inclusão' diz respeito a um princípio que contempla todas as diferentes formas da existência humana (negro, branco, homem ou mulher, não-deficiente, deficiente, pobre ou rico) e que se baseia na compreensão de que todos os indivíduos devem não só participar de forma democrática da organização da sociedade como também ter acesso às condições objetivas para o desenvolvimento físico, cultural e econômico, e que o trabalho na perspectiva inclusiva exige rupturas e a busca de alternativas que possibilitem a todos alcançar maiores índices de escolarização, podemos avaliar sobre a necessidade de que sejam realizadas mais investigações sobre a formação inicial ou continuada dos docentes para o trabalho com a inclusão, para que os dados das mesmas possam servir como base para referenciar as práticas e políticas educacionais no Brasil.

3. Referências

ANDRÉ, M. E. D. A. de. et al. Estado da arte da formação de professores no Brasil. *Educação & Sociedade*. Campinas: Cedes, n. 68, p. 301-9, 1999.

____ (Org.). *Formação de professores no Brasil (1990-1998)*. Brasília: MEC/Inep/Comped, 2002. 364p. (Série Estado do Conhecimento, 6)



GATTI, B.A. Análise das políticas públicas para formação continuada no Brasil, na última década. *Revista Brasileira de Educação*, Rio de Janeiro, v. 13, n. 37, Jan.Abr. 2008. Disponível em: <<http://www.scielo.br>>. Acesso em: 02 Jul. 2008.

GOERGEN, P. *Pós-modernidade, ética e educação*. Campinas, SP: Autores Associados, 2001.

GÓMEZ, A.P. O pensamento prático do professor – a formação do professor como profissional reflexivo. In: NÓVOA, A. (Coord). *Os professores e a sua formação*. Lisboa: Publicações Dom Quixote, 1995, p. 93-115.

HARVEY, D. **Condição pós-moderna**: uma pesquisa sobre as origens da mudança cultural. São Paulo: Loyola. 1992.

LADE, M.L. de. A formação continuada para a diversidade: um estudo da rede municipal de Juiz de Fora. In: REUNIÃO ANUAL DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA EM EDUCAÇÃO, 28., 2005, Caxambu, MG, *Anais...* Caxambú, SP: Anped, 2005. Disponível em: <<http://www.anped.org.br>> Acesso em: 20 Jan. 2009.

LIMA, L.F. de. *A relação teoria-prática no processo de formação do professor de Educação Física*. 2000. 222f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Programa de Pós-Graduação em Educação – Universidade Federal de Uberlândia. Uberlândia. 2000.

MAUES, O. C. Reformas internacionais da educação e formação de professores. *Cadernos de Pesquisa*, n. 118, Mar. 2003.

_____. *Los cambios en el mundo del trabajo y las políticas para la formación del pedagogo*. 2008.(mimeo)

ROSS, P. R. Estado e educação: implicações do liberalismo sobre a constituição da educação especial e inclusiva. In: REUNIÃO ANUAL DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA EM EDUCAÇÃO, 25., 2002, Caxambu, MG, *Anais...* Caxambú, SP: Anped, 2002. Disponível em: <<http://www.anped.org.br>> Acesso em: 16 Ago. 2007.

THOMA, A. da S. A inclusão no Ensino Superior: “- *ninguém foi preparado para trabalhar com esses alunos (...) isso exige certamente uma política especial...*” In: REUNIÃO ANUAL DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA EM EDUCAÇÃO, 29., 2006, Caxambu, MG, *Anais...* Caxambú, SP: Anped, 2006. Disponível em: <<http://www.anped.org.br>> Acesso em: 20 Jan. 2009.